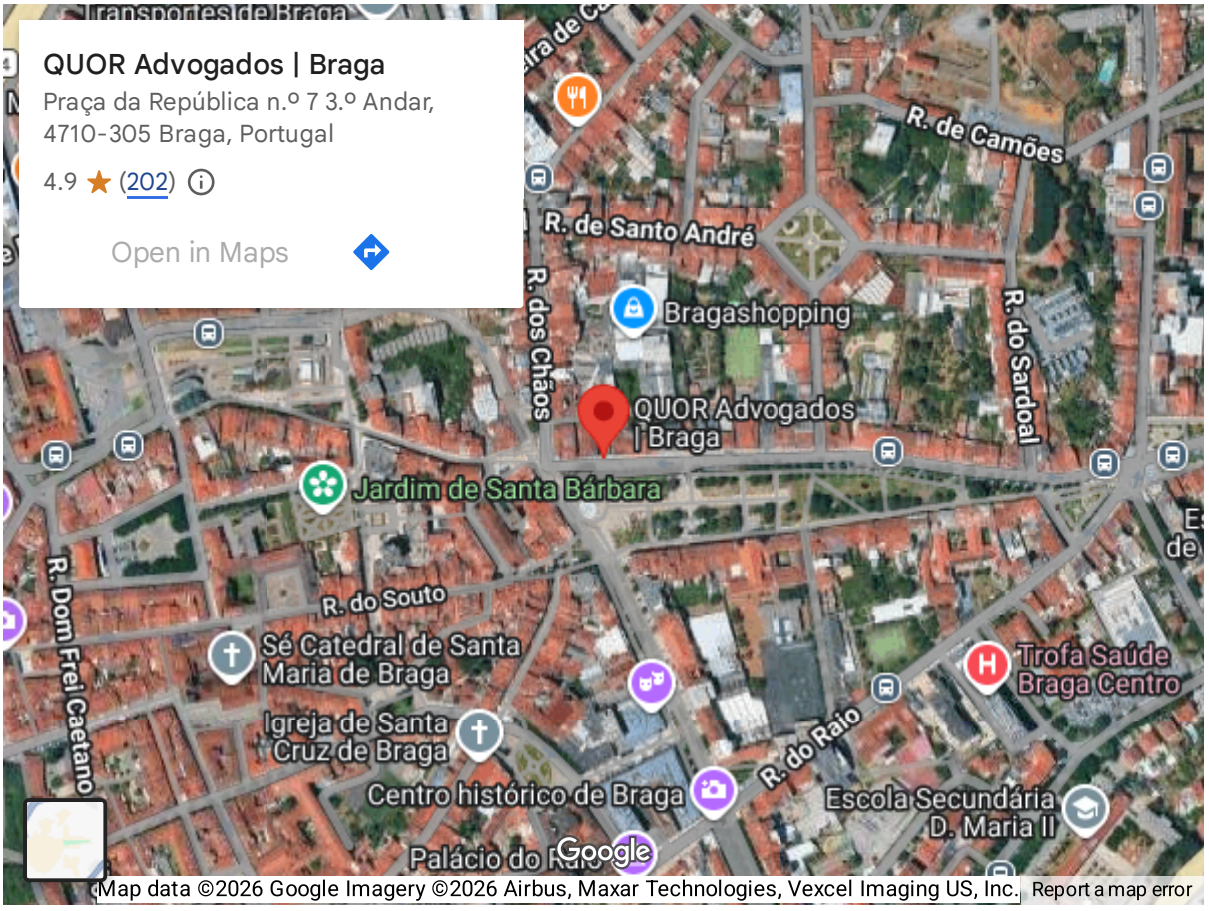
Provas proibidas e legalidade da prova: o olhar do advogado penal em Braga Num processo penal não vale tudo para provar um crime. Esta ideia, que surpreende muitas pessoas, é uma das proteções centrais de um Estado de direito e um dos temas em que o trabalho de um advogado advogado penal penal é mais técnico. A lei portuguesa estabelece que certos meios de obtenção de prova são proibidos e que a prova assim conseguida não pode ser usada, mesmo que aponte para a culpa do arguido. Perceber esta regra ajuda a compreender porque é que alguns processos terminam de forma inesperada. De forma geral, são nulas as provas obtidas mediante tortura, coação ou ofensa à integridade física ou moral das pessoas. Também não podem ser usadas, salvo consentimento do titular ou situações previstas na lei, as provas obtidas através de intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações. Buscas domiciliárias, escutas telefónicas, apreensão de mensagens ou de dados informáticos exigem, em regra, autorização ou ordem de uma autoridade judiciária e o cumprimento de formalidades próprias.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Na prática, as questões mais frequentes surgem em detalhes aparentemente menores: uma busca feita fora das condições legais, uma conversa gravada sem conhecimento de quem falava, imagens de videovigilância defesa em direito penal obtidas sem respeitar as regras, ou o acesso ao conteúdo de um telemóvel sem a devida autorização. Cada situação tem de ser analisada à luz das regras aplicáveis, porque nem toda a irregularidade gera a mesma consequência. Há vícios que tornam a prova inutilizável e outros que podem ser sanados. Esta análise interessa à defesa, mas também à vítima. Quem apresenta queixa e junta prova deve saber que, por exemplo, uma gravação feita às escondidas pode criar problemas em vez de ajudar. Um advogado penal em Braga orienta o cliente sobre o que pode recolher e entregar sem pôr em risco o processo, evitando que a própria prova seja posta em causa mais tarde. Guardar mensagens originais, anotar datas e identificar quem presenciou os factos costuma ser mais útil do que qualquer gravação improvisada. Na QUOR Advogados, a legalidade da prova é uma das áreas de foco do Dr. David Silva, que acompanha processos no Tribunal Judicial de Braga, incluindo casos de tráfico de droga em que a forma como a prova foi recolhida é frequentemente decisiva. O trabalho é rigoroso, mas explicado em linguagem clara, e o cliente sabe sempre o que está a ser discutido e porquê. Para analisar a prova de um processo concreto, marque uma consulta inicial de 70€, com diagnóstico jurídico e plano de ação, presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online. Telefone: +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.